

JULHO 2015

Diretor:
João Dias da Silva

Jornal
online

Federação Nacional
da Educação



LEGISLATURA 2011-2015 FICA MARCADA PELA AUSTERIDADE E DESINVESTIMENTO EM EDUCAÇÃO

P.2, P.3, P.4, P.5, P.6



P.11 - CAMPANHA DA SAÚDE FNE CONTINUA NO TERRENO
OS EFEITOS DO STRESS NOS NÃO DOCENTES

NESTA EDIÇÃO

P.7 - ENCONTRO DE MIRA DEFINIU BALANÇO DA LEGISLATURA

P.9 - JOÃO DIAS DA SILVA NA LIXA, EM ENCONTRO DE TRABALHO DO STAAEZN

P.10 - FNE SAÚDA UNIVERSALIDADE DO PRÉ-ESCOLAR A PARTIR DOS 4 ANOS

P.12 - ALUNOS PORTUGUESES PREMIADOS NAS OLIMPIADAS INTERNACIONAIS DE BIOLOGIA

P.13 - CORREIO JURÍDICO | LEGISLAÇÃO – JULHO 2015

P.14 - TRABALHADORES DE APOIO EDUCATIVO - OS ETERNOS ESQUECIDOS

P.15 - PROTOCOLOS FNE



P.12 - ROTEIRO PARA A LEGISLATURA ENTREGUE AOS PARTIDOS POLÍTICOS



P.8 - PROSSEGUEM AS NEGOCIAÇÕES PARA O CCT DAS ESCOLAS PROFISSIONAIS

FNE fez balanço da Legislatura

Cresceu a insatisfação entre docentes e trabalhadores não docentes



Em conferência de imprensa realizada no Porto, a 28 de julho, a FNE fez o balanço da legislatura e apontou o rumo para os próximos quatro anos, apresentando aos jornalistas o Roteiro para a Legislatura 2015-2019.

Neste encontro com a imprensa, o secretário-geral da FNE destacou os efeitos negativos de políticas definidas num quadro de austeridade severa e que resultaram num aumento da precariedade e a instalação de um sentimento de insatisfação no seio dos trabalhadores da educação.

Na hora do balanço a FNE alertou para a necessidade de as escolas ensinarem as crianças para a vida,

diminuindo a pressão atualmente exercida pela avaliação externa. Para os profissionais, docentes e não docentes, é fundamental assegurar a valorização destes trabalhadores, libertando-os de tarefas burocráticas e aumentando a disponibilidade para o trabalho direto com os alunos.

Quanto à atuação do Governo nos últimos quatro anos, João Dias da Silva apresentou números que mostram uma "forte redução do peso do investimento da Educação no Produto Interno Bruto" e classificou como "elevado o nível de precariedade".

Estes são alguns dos pontos que fazem parte do Roteiro para a

Legislatura 2015/2019, que a FNE está a entregar aos partidos políticos e será entregue ao Governo que resultar das próximas Legislativas.



Precariedade e descontentamento

A legislatura que agora está a terminar fica marcada essencialmente por um conjunto de medidas que, no seu todo, definiram um quadro de austeridade pela austeridade que produziu efeitos muito negativos no setor da Educação, nomeadamente, ao nível do emprego, da precariedade e das condições de trabalho dos trabalhadores da Educação.

Nos últimos quatro anos cresceu o nível de insatisfação entre os docentes e trabalhadores não docentes nas escolas, face a políticas avulsas, insuficientemente justificadas, muitas vezes inconsistentes e sem que na sua formulação se tivesse respeitado o envolvimento dos profissionais do setor.

As medidas desenvolvidas pelo Governo de uma forma geral, e pelo Ministério da Educação e Ciência em particular, traduziram-se em fatores muitos negativos para a educação, entre eles:

- :: forte redução do peso do investimento da Educação no PIB (em 2002, representaram 5,6%; em 2011 e 2012, 5,1% em cada um dos anos; em 2013, 4,9%);

- :: redução brutal de docentes em serviço, num total de mais de 33 000 no ensino não superior (em 2011, eram 174 953; em 2014, 141 250);

- :: elevado nível de precariedade entre os docentes, traduzido num elevado número daqueles que acumulam contratações

sucessivas ao longo de mais de dez e quinze anos, quer no ensino básico e secundário, quer no ensino superior;

- :: dimensão do número de desempregados entre os diplomados como docentes pelo ensino superior (mais de 30 000 docentes mantêm-se ou desempregados ou em situação de contratação a termo, muitas vezes em resposta a situações de necessidade permanente para o funcionamento do sistema educativo);

- :: perceção de que continua a diminuir o prestígio social da profissão docente;

- :: reduções significativas das remunerações;

- :: congelamento das progressões em carreira;

- :: introdução sucessiva de alterações nos regimes de aposentação.





Muitos profissionais com muita experiência decidiram abandonar precocemente a profissão em resultado das políticas adotadas.

Também entre os trabalhadores não docentes cresceu a insatisfação pelas condições de trabalho e pelas remunerações. Mas foi também sentido muito negativamente por este conjunto de trabalhadores:

- :: a quase ausência de oferta ou de condições de acesso a formação contínua;

- :: o recurso a trabalhadores em situações de “contrato emprego inserção” – mais de 4500 em 2013/2014 -, na utilização ilegal desta figura para substituição de trabalhadores que deveriam integrar os quadros das escolas/agrupamentos;

- :: a não concretização dos concursos estabelecidos na Lei para acesso aos cargos de

Encarregado de Assistentes Operacionais e de Chefe de Serviços de Administração Escolar;

- :: a transferência de competências da sua gestão em mais de uma centena de autarquias para os órgãos municipais, com tradução em multiplicação de incidentes de confusão de tutelas.

A insatisfação relativamente à diminuição da perceção da valorização profissional foi o resultado de políticas e intervenções por parte da Administração, que constituíram decisões desastrosas, incorretas e desvalorizadoras do trabalho dos docentes:

- :: a alteração desleal das condições de acesso à aposentação em relação a todos os Docentes e Não Docentes, e com particular incidência sobre o educadores de infância e professores do primeiro ciclo;

- :: as decisões relativas à organização curricular dos ensinos básico e secundário cegas e sem suficiente sustentação pedagógica;

- :: a imposição de normas de organização do serviço docente que inviabilizam as medidas essenciais de promoção de mais educação de qualidade e para todos;

- :: a determinação de cortes nas turmas no ensino regular e nas turmas de cursos profissionais e cursos de educação e formação;

- :: a agregação monstruosa de agrupamentos, à margem de qualquer preocupação de ordem pedagógica.

Estas foram decisões inadequadas a um sistema educativo que deveria promover de uma forma sustentada e equitativa o crescimento das qualificações das suas populações.



A ação da FNE foi determinante para minimizar os efeitos negativos

A FNE desenvolveu uma ação político-sindical de grande responsabilidade, como é da sua natureza, conciliando sistematicamente uma atitude de propositura e uma disponibilidade para a ação, contribuindo para um sistema educativo de mais qualidade, mas combatendo também as injustiças e as ilegalidades, utilizando para o efeito, quer as mesas negociais, quer as ações públicas de contestação, como a manifestação e a greve, quer as mesas negociais, privilegiando sempre estas últimas.

Foi no quadro de várias negociações que, apesar dos tempos difíceis que vivemos ao longo destes anos, foi possível minimizar efeitos negativos das políticas determinadas e mesmo garantir mecanismos essenciais de defesa da estabilidade e da segurança.

A ação da FNE foi responsável pelos seguintes efeitos positivos:

- :: a consideração do direito ao pagamento da compensação por caducidade de contrato (2012);

- :: a vinculação (passagem de contratados a prazo para contratados sem termo) de cerca de 4000 docentes, no total da Legislatura (2013, 2014 e 2015);

- :: a vinculação dos professores de técnicas especiais sucessivamente contratados a termo nas Escolas Especializadas de Ensino Artístico António Arroio, em Lisboa, e Soares dos Reis, no Porto (2013);

- :: a libertação da realização da PACC de milhares de docentes contratados com 5 e mais anos de serviço (2013);

- :: na revisão do regime de concursos (2012) ganha-se a garantia de mecanismos que facilitam a mobilidade das pessoas no seu interesse para se aproximarem da sua residência ou para conseguirem também garantir o acompanhamento de familiares; o novo regime permite ainda um sistema de permutas entre docentes que é alargado aos professores contratados e, finalmente, a garantia de mecanismos que fazem com que na seleção dos professores pelas escolas, quando esgotadas as possibilidades que a lista nacional de concursos determina, o critério da graduação profissional prevalece sobre quaisquer outros;

- :: na revisão da organização dos QZP, impede-se a redução de 23 para 7, conseguindo-se que fiquem definidos 10 QZP (2012);

- :: a concretização em 2015 de um concurso externo extraordinário e de um concurso interno extraordinário de docentes, antes dos que estão previstos para 2017;

- :: a antecipação de datas de desenvolvimento dos concursos de docentes de 2015;

- :: a redução do número de critérios a adotar no processo designado de Bolsa de Contratação de Escola, em 2015;

- :: a determinação de medidas

que impediram generalizadamente a aplicação do regime de requalificação profissional entre trabalhadores do Ministério da Educação, docentes e não docentes (2014 e 2015);

- :: a determinação de alterações importantes no regime de avaliação de desempenho;

- :: a alteração do regime de autonomia e gestão das escolas;

- :: a revisão do regime de formação contínua de docentes, com reconhecimento da participação em atividades de formação contínua de curta duração;

- :: a vinculação de não docentes;

- :: a não atribuição de turmas a docentes que estivessem a aguardar a publicação da passagem à situação de aposentação (2013, 2014 e 2015);

- :: o compromisso do MEC de compensar os docentes indevidamente prejudicados pelos erros da BCE de 2014;

- :: a definição de condições para compensação do trabalho docente associado à realização do PET e das provas nacionais dos 4º e 6º anos de escolaridade, em simultâneo com o desenvolvimento do 3º período letivo;

- :: a alteração dos rácios de Trabalhadores Não Docentes nas escolas, com crescimento de lugares de quadro para Assistentes Operacionais (2015);

Imprensa destaca o alargamento do pré-escolar

Em resultado da conferência de imprensa de balanço a comunicação social social destacou algumas medidas incluídas no Roteiro para a Legislação da FNE. O alargamento do pré-escolar a partir dos zero anos de idade e a rejeição de uma escola que se limita a preparar alunos para os exames foram medidas sublinhadas pelos jornalistas.

clique nas imagens para ampliar



Encontro de Mira definiu balanço da legislatura

O concelho de Mira, no distrito de Aveiro, foi palco nos passados dias 10 e 11 de julho do encontro anual de dirigentes da FNE e que marcou o encerramento do ano letivo. A iniciativa integrou uma reunião do Secretariado Nacional, no dia 10, e uma reunião do Conselho Geral, no dia 11.

Durante as reuniões de trabalho foi feita a apreciação da situação social, económica e sindical e também uma apreciação global dos processos negociais em curso. O desenvolvimento do processo de concursos

de docentes para 2015-2016 foi outro dos temas em análise, em articulação com as condições de abertura do ano letivo.

Contudo, grande parte do debate foi dedicado à elaboração e aprovação de um documento que constituiu a base para o balanço da Legislatura 2011-2015, e que a FNE teve oportunidade de apresentar publicamente a 28 de julho, em conferência de imprensa, no Porto.

Galeria de fotos

Secretariado Nacional



Conselho Geral



Negociações para o CCT do Profissional

Carreiras e salários foram temas que dominaram a reunião



Realizou-se no passado dia 14 de julho mais uma reunião negocial para a criação do primeiro Contrato Coletivo de Trabalho (CCT) para as escolas profissionais do ensino privado. Na reunião com a CNEF – Confederação Nacional da Educação e Formação, a FNE esteve representada pelos seus vice-secretários-gerais, Lucinda Dâmaso e José Ricardo, respetivamente presidentes do SPZN e do SPZC.

A estrutura da carreira e os salários dos docentes e dos trabalhadores não docentes foram as matérias que estiveram em discussão nesta sessão de trabalho. Estas são matérias estruturantes do CCT e que se revestem de uma enorme impor-

tância para a regulação das condições de trabalho destes profissionais deste subsistema de ensino.

A FNE tem consciência das dificuldades desta negociação, tendo em consideração que o ensino profissional se concretiza unicamente pelo financiamento do Estado, cujas verbas a atribuir a cada curso são baixas, condicionando à partida os recursos financeiros a afetar à estrutura de salários, quer dos professores, quer do pessoal não docente.

No entanto, para a FNE é fundamental que se termine de vez com os falsos recibos verdes, com os horários letivos de 40 horas semanais e com salários que em

muitos casos rondam o salário mínimo nacional.

A FNE desenvolverá todos os esforços para chegar a um acordo sobre o primeiro CCT deste setor, com aplicação já em 2016.



João Dias da Silva na Lixa, em Encontro de Trabalho do STAAEZN



Mais de setenta trabalhadores não docentes encheram, no passado dia 15 de julho, o auditório da Escola Secundária da Lixa para acompanharem a apresentação do Secretário-Geral da FNE, João Dias da Silva, intitulada “Desafios Aos Trabalhadores Não Docentes Na Escola Do Nosso Tempo”, num Encontro de Trabalho organizado pelo Gabinete de Formação e Investigação do Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Norte (STAAEZN), membro daquela federação.

mobilidade e a oferta de formação.

A abertura deste Encontro esteve a cargo do vereador da Câmara Municipal de Felgueiras, João Sousa, do diretor do Agrupamento de Escolas da Lixa, Armindo Coelho, e do Presidente do STAAEZN, Carlos Guimarães. Após a apresentação de João Dias da Silva os presentes debateram os temas e as dúvidas que constituem as suas maiores preocupações.



João Dias da Silva fez o enquadramento histórico dos não docentes na Educação, retendo-se de seguida nos maiores desafios do presente e do futuro destes profissionais. O STAAEZN e a FNE são unânimes em reconhecer a importância dos não docentes na educação em Portugal e sublinharam a urgência do reconhecimento pelo MEC dos conteúdos funcionais destes trabalhadores, assim como a necessidade de se ultrapassarem obstáculos em questões como a



FNE saúda universalidade do pré-escolar a partir dos 4 anos

A FNE congratula-se com a publicação no passado dia 3 de julho, em Diário da República, do diploma que consagra a universalidade da educação pré-escolar para crianças a partir dos quatro anos de idade, a partir do ano letivo de 2016–2017.

Sublinhamos que esta alteração legislativa vem de encontro aos objetivos definidos pela FNE, ainda que não na sua totalidade, no âmbito da garantia do crescimento da frequência da Educação para a Infância.

Recorde-se que a FNE há muito defende o crescimento da frequência da Educação para a Infância ao nível dos 3 e 4 anos, assim como o

alargamento do conceito de Educação para a Infância (dos 0 aos 3 anos).

Para a FNE, devem ser respeitadas, no período dos 0 aos 3 anos, idênticas exigências às que são feitas atualmente para a educação pré-escolar, quer no que diz respeito ao nível de formação para os profissionais encarregados do respetivo enquadramento, bem como das condições adequadas, em termos de recursos humanos e materiais.

Ainda que na prática este nível de ensino esteja já a ser assegurado a 90% das crianças com quatro anos e a 80% das crianças com 3 anos, a garantia da universalidade do ensino

no pré – escolar agora consagrada representa um passo muito importante no sentido de que a FNE defende, na convicção de que este setor é essencial para o crescimento dos níveis de sucesso escolar e na diminuição das taxas de retenção e abandono escolar precoce.

De acordo com o diploma agora publicado, o Governo deverá regulamentar por decreto-lei, até início de fevereiro do próximo ano, as normas que regulam a universalidade da educação pré-escolar relativamente às crianças que atinjam os quatro anos de idade. A FNE irá acompanhar atentamente o desenvolvimento deste processo, na exigência de que os pressupostos que defende sejam assegurados.



Campanha da Saúde FNE

O stress nos Não Docentes

A Campanha Nacional da Saúde da FNE teve no passado dia 16 de julho mais um desenvolvimento com a realização do Seminário “Profissionais Valorizados na Saúde - O Stress entre os Profissionais Não Docentes”, que decorreu no Fórum da Câmara Municipal da Maia, orientado por Lígia Costa, vice-presidente do Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Norte (STAAE-ZN).

A apresentação da campanha coube a João Dias da Silva, Secretário-Geral da FNE que, perante uma assistência de cerca de 30 não docentes filiados naquele sindicato, sublinhou a importância da sensibilização e formação sobre doenças profissionais dos trabalhadores da educação, no contexto nacional e internacional.

Lígia Costa frisou que o stress tem ajudado à sobrevivência da nossa espécie, pois a sua superação

fortalece o ser humano, abordando de seguida as variáveis e os sintomas físicos e psicológicos que mais contribuem para o stress na educação, tais como problemas de sono, dores de cabeça, astenia ou falta de forças, dores musculares, ruminação, irritabilidade ou medos. Na sua opinião, o combate ao stress requer uma abordagem individual (onde cabe um estilo de comunicação mais assertivo, que é o mais eficaz) e uma abordagem organizacional, que exige uma humanização da escola e dos espaços educativos. A atividade física regular, ouvir música agradável, o contacto com a natureza, horários regulares de sono e alimentação, cultivar amizades, viver mais no presente são, entre outras, algumas das soluções individuais apontadas de bem-estar contra o stress.

O encerramento do Seminário esteve a cargo de Carlos Guimarães, Presidente do STAAE-ZN.

Galeria de fotos



Roteiro para a Legislatura entregue aos partidos políticos

Durante o mês de julho a FNE desenvolveu uma série de contactos junto dos partidos com assento parlamentar para a apresentação do Roteiro para a Legislatura 2015-2019, que a Federação aprovou recentemente em Secretariado Nacional.



Assim uma delegação da FNE, liderada pelo seu secretário-geral, João Dias da Silva esteve reunida na manhã do dia 1 de julho com a deputada Diana Ferreira do Grupo Parlamentar do PCP, para uma apresentação sumária do documento. A 30 de julho tiveram lugar mais duas reuniões, desta vez com a Coligação Portugal à Frente e com o Bloco de Esquerda. Ao final da manhã do dia 30, em Lisboa, a

delegação da FNE foi recebida por Marco António Costa, porta-voz e coordenador da direção nacional dos sociais-democratas e pela deputada Cecília Meireles, do CDS – PP, em representação da **Coligação Portugal à Frente**.

À tarde, desta vez no Porto, o Roteiro para a Legislatura foi entregue à delegação do Bloco de Esquerda, liderada pelo deputado José Soeiro.

Estes encontros inserem-se num conjunto de iniciativas que a FNE pretende levar a cabo dando a conhecer o documento que reúne as perspetivas da Federação para os próximos quatro anos para o setor da Educação.

Estas reuniões permitiram uma frutuosa troca de opiniões sobre a necessidade de garantir um sistema educativo de qualidade que garante equidade no acesso e promove o sucesso, no qual os seus profissionais devem, necessariamente, ser reconhecidos e valorizados.



INTERNATIONAL
BIOLOGY OLYMPIAD
2015 AARHUS DENMARK

Alunos portugueses premiados nas Olimpíadas Internacionais de Biologia

Os alunos portugueses que participaram nas Olimpíadas Internacionais de Biologia, que terminaram no passado dia 19 de julho na Dinamarca, conquistaram uma medalha de bronze e um diploma de mérito.

João Fernandes Silva (Escola B+S Bispo D. Manuel Ferreira Cabral, Madeira) conquistou a medalha de bronze, e Pedro Poças (Escola Secundária Júlio Dinis-Agrupamento de Escolas Ovar Sul) foi distinguido com um diploma de mérito.

As Olimpíadas são a competição mais importante de Biologia para jovens a nível mundial. A 26.ª edição decorreu em Aarhus teve a participação de mais de 60 países.

Portugal participa desde 2013 no evento. No ano passado os estudantes portugueses trouxeram da Indonésia (país organizador) duas medalhas de bronze. Também em 2014, nas Olimpíadas Ibero-americanas de Biologia, no México, os portugueses conquistaram uma medalha de prata e duas de bronze.

Em que condições se pode pedir uma permuta?

A permuta pode ser operacionalizada entre docentes que se encontrem numa das seguintes situações: a) docentes de carreira colocados na 1ª prioridade do concurso de Mobilidade Interna; b) docentes não colocados que foram opositores ao concurso de Mobilidade Interna apenas na 2ª prioridade; c) docentes colocados na 2ª prioridade do concurso de Mobilidade Interna; d) docentes contratados colocados no concurso de Contratação Inicial. - No caso dos docentes candidatos à Mobilidade Interna, a permuta só pode ser efetivada entre docentes

providos no mesmo grupo de recrutamento e cuja componente letiva, nos termos dos artigos 77.º e seguintes do ECD, seja equivalente. - Os docentes de carreira colocados na 1ª prioridade do concurso de Mobilidade Interna poderão permutar entre si, independentemente de serem QA/QE ou QZP. - Os docentes colocados no concurso de Contratação inicial só podem permutar entre si. A permuta dos docentes contratados só é possível entre candidatos colocados no mesmo grupo de recrutamento, em horário anual e completo. (Circular n.º B13028076D).

Legislação – julho 2015



Despacho n.º 7104-A/2015, de 26 de junho, DR n.º 123, Série II

Determina o Calendário Escolar e o Calendário de realização das provas finais do ensino básico, do Preliminary English Test, dos exames finais nacionais do ensino secundário, das provas de equivalência à frequência e de afixação dos respetivos resultados para o ano escolar de 2015-2016

Portaria n.º 192-A/2015, de 29 de junho, DR n.º 124, Série I

Estabelece as regras de designação de docentes para a função de professor bibliotecário, o modo de designação de docentes que constituem a equipa da biblioteca escolar, as regras concursais aplicáveis às situações em que se verifique a inexistência no

agrupamento de escolas ou nas escolas não agrupadas, de docentes a afetar para as funções de professor bibliotecário, e as regras de designação de docentes para a função de coordenador interconcelhio para as bibliotecas escolares

Resolução da Assembleia da República n.º 71/2015, de 1 de julho, DR n.º 126, Série I

Recomenda ao Governo a tomada de medidas relacionadas com a aplicação das disposições transitórias do Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico

Lei n.º 65/2015, de 3 de julho, DR n.º 128, Série I

Primeira alteração à Lei n.º

85/2009, de 27 de agosto, estabelecendo a universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos 4 anos de idade

Despacho n.º 7457-A/2015, de 3 de julho, DR n.º 128, Série II

Procedimento concursal para constituição de reserva de recrutamento de pessoal docente do ensino português no estrangeiro, para o cargo de leitor de língua e cultura portuguesas, ao nível do ensino superior

Decreto-lei n.º 127/2015, de 3 de julho, DR n.º 130, Série I

Aprova as regras a que obedece a constituição e o funcionamento dos Centros de Formação de Associação de Escolas

Trabalhadores de apoio educativo - os eternos esquecidos

Na Escola acontecem coisas muito importantes no âmbito do processo educativo das crianças e jovens que pais e encarregados de educação entregam ao Sistema Educativo, para complemento e suplemento das atitudes educativas promovidas pela família. E ainda bem que assim é porque **a disfunção e a aparente rutura dos alicerces da família como instituição, suscitam a evidente conclusão de que ela não está cumprindo as funções que vulgarmente se lhe atribui**, relegando para a instituição Escola, praticamente, a totalidade das funções de guarda, acompanhamento, transmissão dos conhecimentos e dos valores.

A comunidade espera que todos os **trabalhadores da Educação e, portanto, não só os professores, sejam capazes de transmitir valores**. Porque se assim não sucedesse, se, por mera hipótese retórica, a comunidade apenas pretendesse que crianças e jovens acessem, em grupo - isto é, a turma na sala de aula - a determinados conhecimentos constantes dos currículos e programas, recrutaria «instrutores».

Ora bem, se assim fosse, como produto final do Sistema Educativo, como consequência de visão tão enviesada, a comunidade obteria, não os **cidadãos** de que carece para intervirem capazmente na coisa pública mas, isso sim, meros «instruendos», sem qualquer tipo de preparação para a conjugação dos valores da Liberdade, Igualdade e Fraternidade em que radicam a moderna Democracia e o Estado de Direito em que vivemos.

Portanto, **falamos de educadores** pelo que, a propósito, não podemos deixar de lembrar os que são conhecidos como **não docentes**. É uma designação muito infeliz, relativa às

carreiras dos trabalhadores da Educação que, em diferentes vertentes de atividade, asseguram o funcionamento da entidade tão multifacetada que a Escola é. Daí que preferimos uma denominação pela afirmativa, como a de **Trabalhadores de Apoio Educativo**, que já circula nos meandros do Sistema Educativo, correspondente à inequívoca realidade de funções tão importantes como absolutamente indispensáveis.

Para que conste e não subsista a mínima dúvida, não existe qualquer animosidade entre os Trabalhadores da Educação, na sua totalidade. Nada de substancial afasta os professores dos trabalhadores de apoio educativo, uma vez que **é geral o sentimento comum de que estão ao serviço do aluno**, sem quaisquer barreiras de separação, partilhando dificuldades tremendas e também as alegrias que só a Escola pode proporcionar.

Começamos pelos **técnicos e administrativos**. Enfrentando dificuldades e contrariedades que a maior parte da comunidade nem sequer imagina, dando a entender uma «normalidade» de situação administrativa que, efetivamente, não existe, estes trabalhadores mantêm a relação entre o estabelecimento de ensino e a pesadíssima máquina burocrática dos serviços centrais e (pseudo)descentralizados do Estado.

Economato, expediente e arquivo, contabilidade geral, movimento do pessoal em serviço e de alunos, informatização e modernização administrativa, interpretação da legislação, comunicações, participação na gestão do orçamento, estas apenas algumas das tarefas deste grupo de pessoal que torna a Escola operacional, garantindo a permanente articulação com as comunidades

local e nacional.

Finalmente, os **auxiliares**. Por eles passa a limpeza (algumas escolas já os libertaram desta tarefa, adjudicando-a a empresas da especialidade) e manutenção das instalações e dos equipamentos escolares. Acolhem, protegem, alimentam, são confiantes e zelam pela segurança dos alunos. No contexto da denominada *escola incluída*, compete-lhes amparar, cuidar da higiene e de todos os cuidados mais ou menos sofisticados de que carecem tantos alunos portadores de deficiência por esse país fora. É uma inestimável classe de trabalhadores, cada vez mais rejuvenescida por elementos com escolaridade ao nível do secundário, sempre prontos à frequência de ações de formação que os promovam a nível profissional e compensem a falta de oportunidades.

Ultimamente, de acordo com legislação vigente relativa aos CEI, é possível recrutar qualquer trabalhador no desemprego para o desempenho das tarefas que têm estado cometidas aos assistentes operacionais. Pais e encarregados de educação estão a aperceber-se de que trabalhadores indiferenciados, provenientes de qualquer setor, estão a desempenhar tarefas específicas substituindo quem deve ter formação adequada.

No seio da comunidade escolar, **os Trabalhadores de Apoio Educativo, também eles educadores, lutam pela causa da defesa de uma Escola cada vez mais capaz de responder aos desafios atuais e futuros da sociedade global, certo é que em constante mudança, mas fiel guardiã dos princípios e valores mais caros à cultura e à civilização cujos contornos constituem a nossa espalda de dignidade**.

PROTOCOLOS FNE



Assinado protocolo na área do e-learning e b-learning **A formação à distância de um clic**

A FNE, a Leya e a UNYLEYa assinaram no passado dia 17 de julho um acordo de parceria que se insere fundamentalmente na área da formação em e-learning e b-learning.

Na assinatura do protocolo estiveram presentes, pela FNE, o secretário-geral João Dias da Silva, os vice-secretários-gerais Lucinda Dâmaso e Carlos Guimarães, bem como os diretores dos centros de formação do SPZN, Pedro Barreiros, e do SPZC, José Quelhas e ainda a dirigente do SDPGL, Margarida Custódio.

Na sessão de assinatura do protocolo, Jorge Pedreira, pela UNYLEYa, e João Dias da Silva, assinalaram as potencialidades desta parceria, ao nível da disponibilização de formação on-line, quer para docentes, quer para não docentes.

Os termos da operacionalização deste protocolo foram também tratados num encontro de trabalho que se seguiu à assinatura do documento.



saúde

2015
campanha nacional



campanha nacional sensibilização e formação sobre doenças profissionais dos trabalhadores da educação



PEDRO BARREIROS | 2015

fne

MGEN

europamut

fne.pt

FICHA TÉCNICA julho 2015

proprietário
Federação Nacional da
Educação

diretor
João Dias da Silva

editor
Pedro Barreiros

produção de conteúdos
Fátima Martins e Paulo Amadeu

secretariado
Teresa Morais e Teresa Burnay

sindicatos membros
Sindicato dos Professores da Zona Norte *
Sindicato dos Professores da Zona Centro *
Sindicato Democrático dos Professores da
Grande Lisboa e Vale do Tejo * Sindicato
Democrático dos Professores do Sul *

Sindicato Democrático dos Professores dos
Açores * Sindicato Democrático dos
Professores da Madeira * Sindicato dos
Professores nas Comunidades Lusiadas *
Sindicato dos Técnicos Superiores,
Assistentes e Auxiliares de Educação da
Zona Norte * Sindicato dos Técnicos
Superiores, Assistentes e Auxiliares de
Educação da Zona Centro * Sindicato dos
Técnicos Administrativos e Auxiliares de
Educação do Sul e Regiões Autónomas

responsável administrativo e financeiro
Joaquim Fernandes

redação
Rua Costa Cabral, 1035 * 4200-226 Porto *
tel. 225073880 * fax. 225092906 *
secretariado@fne.pt

produção gráfica e paginação
Rafael Marques

fne